

f A. Const

4 1985

Indefinição preocupa e aborrece Arinos

Mestre Afonso Arinos está zangado faz muito tempo, mas sua zanga subiu de nível depois que tomou conhecimento do discurso que Tancredo Neves faria no dia de sua posse, se a houvesse tomado. Lá, com todas as letras, lê-se que a comissão constitucional de alto nível, a ser composta logo depois de 15 de março, teria como finalidade específica o preparo de um anteprojeto de Constituição a ser encaminhado pelo governo ao Congresso, como colaboração. As referências do presidente eleito sintetizavam o acordo a que haviam chegado depois de diversas conversas. É claro que o seu governo não pressionaria o Legislativo para que, retocado, o anteprojeto se acabasse transformando na futura Constituição do País. Os constituintes seriam livres e disporiam de todo o poder para fazer o que bem entendessem, isto é, aceitar, retocar e até repetir o texto. Mas ele representaria a visão da Nova República, ou do governo da Nova República. Para isso os nomes que integrariam a comissão vinham sendo discutidos de per si, detalhadamente, entre Tancredo e o ex-ministro das Relações Exteriores. A lista estava quase completa e em poder do jornalista Mauro Santayana, já designado como secretário executivo do grupo, envolvendo amplo leque de representantes da sociedade, de juristas eméritos e políticos e a expressões de segmentos minoritários, inclusive da comunidade negra. Havia até um militar, o general Octávio Costa.

Com a tragédia verificada horas antes de Tancredo Neves receber o poder, a questão foi sendo adiada. Surgiram reações no Congresso, com ciúmes não da comissão, mas do anteprojeto futuro. Afinal, se todo o poder seria transferido à Assembleia Nacional Constituinte, ela deveria começar da estaca zero, sem ser condicionada por nenhum trabalho ou estudo. A Ordem dos Advogados do Brasil pronunciou-se de maneira categórica contra a comissão constitucional, ironicamente não aceitando a predominância de juristas em seu bojo.

A coisa encareceu e só agora, quatro meses e tanto depois, o presidente José Sarney encontrou condições para formalizar a idéia, assinando decreto que criou a comissão constitucional e definiu Afonso Arinos como seu presidente. Mas a lista de componentes ainda não saiu, tendo sido ampliada de 30 para, informa-se, 50 pessoas. O tira-e-pôe não preocupa o consagrado professor, que julga natural o processo. Sarney, afinal, terá seus pretendentes, bem como o ministro da Justiça, Fernando Lyra, e ele próprio. Esse não é o problema, desde que o grupo seja anunciado e comece a trabalhar com maioria de membros afetos às questões do Direito. O problema situa-se na finalidade da comissão constitucional. Pelo decreto de dias atrás, feito e refeito um sem-número de vezes, a função dos integrantes da comissão constitucional será elaborar "estudos", não um anteprojeto. E aqui a coisa pega. Diluiu-se a importância da missão que, para Tancredo Neves, seria primordial e essencial, por conta de pressões político-partidárias.

É injustiça, e, mais do que isso, significa desconhecimento da vida pública do ex-senador, imaginar que ele, por orgulho familiar, pretenda tornar-se co-autor da nova Constituição sem ser constituinte. Seu avô materno, Cesário Alvim, redigiu o anteprojeto da primeira Constituição republicana, de 1891, e seu pai, Afrânio de Mello Franco, fez o mesmo com a Constituição de 1934. O que não significa que ele abra mão do mesmo lugar ou se negue a ocupar degrau inferior na História. Até porque, em 1967, lhe cabe emendar o sofrível anteprojeto do presidente Castello Branco, no Congresso, restabelecendo o capítulo dos direitos e das garantias individuais que dele não constava. Se é para passar à História, já passou, por essas e outras contribuições.

Suas divergências são de ordem mais ampla e profunda. Sustenta que, se o governo nomeia uma comissão, essa comissão exprime o ponto de vista do governo e a equação deve desenvolver-se até o fim, isto é, chegar a um anteprojeto, não a meros "estudos" genéricos. Não irá ao extremo de recusar seus serviços, tanto que acabou aprovando o decreto de José Sarney e está investido de condição de presidente da comissão. Elaborou minucioso plano de trabalho, dividirá os integrantes da comissão constitucional em subcomissões e cuidará para que, no prazo de um ano, surjam as colaborações necessárias. Pretende ver redigido um anteprojeto, chame-se ou não "estudos". O que faz subir a pressão do mestre é a demora na escolha do grupo, bem como a posição adotada pela maioria dos líderes do Congresso, pressionando o presidente. Ora bolas, se deputados e senadores quiserem, que formem sua própria comissão, desde já. Assim como a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Economistas, o Flamengo, o Corinthians e quem mais se habilite. O trabalho da comissão constitucional designada pelo governo salará por si mesmo. Se sobressair entre os demais, será por seus méritos, pelo que representará de colaboração para a nova Carta, muito mais do que pelas assinaturas que contiver.

Como o ministro da Justiça, Fernando Lyra, vestiu a camisa do Congresso, parlamentar que é e pretende continuar a ser, sobre ele se voltam os amos de Afonso Arinos.

As informações são de que não sai ainda esta semana a tão esperada relação dos componentes da comissão constitucional. Há prazo até o dia 20, data fixada para a instalação formal dos trabalhos, e o Palácio do Planalto ainda cuida da seleção, pelo menos para que o conjunto não passe de 50 pessoas. De repente, todo mundo resolveu participar. Tem-se a impressão de que quem não for nomeado se considerará cidadão de segunda classe, à maneira do que acontece em certas festas de society. No fundo, o presidente José Sarney ganha tempo. Não quer desagradar às suas bases parlamentares, pois precisa delas para governar. E, como elas se insurgem contra a comissão constitucional, trata de ir minimizando o trabalho futuro. Com o que Afonso Arinos não concorda.